



02

**REQUERIMENTO**

Eu, Edvân Martins Monte  
Endereço: Rua Auriton Sena  
Telefones: (91) 9305-3829 / 98708-6994 / 98128-5853

Venho respeitosamente requerer o que segue.

Sou portador de cd 722.6

e necessito de Medicamento e Enxaldas  
conforme prescrição médica, em anexo.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Belém, 16 de 12 de 2016

Maria Anaef Martins Monte  
Assinatura

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:**

- Receita médica original
- Cópia do laudo médico
- Cópia do cartão SUS
- Cópia do documento de identidade
- Cópia do CPF
- Cópia do comprovante de residência

Proc: 9436

Prot: 1655889

RECEBIDO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROTÓCOLO GERAL  
Em 16/12/2016 às 09:50 hora  
Katua Lima  
Funcionário



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
BELÉM  
SECRETARIA DA 2ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM  
MANDADO - 2016.02674271-20  
Processo Nº: 0382336-35.2016.8.14.0301



0382336-35.2016.8.14.0301



2016.02674271-20

AUTOR(A) : EDVAN MARTINS MONTE  
REPRESENTANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
RÉU : MUNICÍPIO DE BELÉM (Trav. 1º de Março, nº 424, bairro da Campina, CEP 66.017-120, Belém/PA)

### 1ª ÁREA

### DECISÃO/MANDADO

EDVAN MARTINS MONTE ajuíza pedido de obrigação de fazer em face de **ESTADO DO PARÁ**, visando ao fornecimento de medicamentos e materiais relativos ao tratamento médico a que está submetido, em razão do diagnóstico de "infecção pelo [vírus] HTLV.1, desenvolvendo paraparesia tropical, com bexiga neurogênico/incontinência urinária, necessitando de uso de fraldas de rotina (CID 10 B24)".

O pedido de tutela antecipada tem por objeto, o fornecimento imediato de: 150 fraldas tamanho "M" por mês; 01 cadeira de rodas acolchoada; 02 caixas de Pregabalina, 25mg, 60 comprimidos por mês; 02 caixas de Azitiopina, 50mg, 60 comprimidos por mês; e, 02 caixas de Baclofeno, 10mg, 60 comprimidos por mês.

#### **Decido.**

Vislumbro a possibilidade de acolhimento da tutela antecipada pleiteada, explico.

Em que pese o pedido antecipatório ser idêntico ao pedido mediato, o que, em sede de cognição primária, é vedado por expressa previsão legal (1º, §3º, da Lei Federal nº 8.437/92, c/c art. 1º, caput, da Lei Federal nº 9.494/97), entendo que a tutela afeta a questão de saúde está revestida de caráter constitucional e, de todo modo, de caráter excepcional (art. 1º. III, 6º e 196, da CF/88), não sendo possível a invocação de mecanismos legais restritivos que impeçam a sua preservação, quando efetivamente necessários.

*In casu*, consubstanciada nos documentos apresentados, em especial às fls. 11/14, entendo estar configurada a possibilidade de concessão de medida de urgência (tutela antecipada), nos termos do art. 300, *caput*, do CPC, eis que presentes os requisitos da probabilidade do direito e perigo de dano, haja vista que o Autor está sob tratamento e acompanhamento médico, para o diagnóstico de "infecção pelo [vírus] HTLV.1, desenvolvendo paraparesia tropical, com bexiga





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
BELÉM  
SECRETARIA DA 2ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM  
MANDADO - 2016.02674271-20  
Processo Nº: 0382336-35.2016.8.14.0301



neurogênico/incontinência urinária, necessitando de uso de fraldas de rotina (CID 10 B24)", em estabelecimento hospitalar do Sistema Único de Saúde – SUS.

Isto posto, considerando a urgência do pedido, **DEFIRO a tutela antecipada pleiteada, determinando ao Réu o cumprimento da obrigação de fazer no sentido de providenciar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em benefício do Autor, o fornecimento de 150 fraldas tamanho "M" por mês; 01 cadeira de rodas acolchoada; 02 caixas de Pregabalina, 25mg, 60 comprimidos por mês; 02 caixas de Azitropina, 50mg, 60 comprimidos por mês; e, 02 caixas de Baclofeno, 10mg, 60 comprimidos por mês, conforme prescrição médica,** cominando multa de R\$1.000,00 (hum mil reais), por dia de descumprimento (art. 297, do CPC), até o limite de R\$100.000,00 (cem mil reais) ou efetivo implemento desta decisão.

Ainda, considerando a recente entrada em vigor da Lei nº 13.105/15 que introduz o novo Código de Processo Civil brasileiro, hei por bem tecer algumas considerações relevantes.

Apesar do atual Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15) estimular a solução consensual dos conflitos, mediante métodos alternativos, com a cooperação dos sujeitos envolvidos na relação processual (art. 3º, § 3º e art. 6º), com o desiderato de assegurar a razoável duração do processo, na forma do art. 4º, do CPC e art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, não vejo como possível, neste momento processual, designar audiência conciliatória (art. 334), em razão da histórica ausência de conciliação envolvendo os entes públicos, em face da natureza do direito controvertido.

Registre-se a falta de autorização legislativa para a autocomposição, nos termos da doutrina que abaixo se reproduz:

"Não se pode confundir 'não admitir autocomposição', situação que autoriza a dispensa da audiência, com ser "indisponível o direito litigioso". Em muitos casos, o direito litigioso é indisponível, mas é possível haver autocomposição. Em ação de alimentos, é possível haver reconhecimento da procedência do pedido pelo réu e acordo quanto ao valor e forma de pagamento; em processos coletivos, em que o direito litigioso também é indisponível, é possível celebrar compromisso de ajustamento de conduta (art. 5º, §5º, Lei n. 7347/1985).

Na verdade, é rara a hipótese em que se veda peremptoriamente a autocomposição. O Poder Público, por exemplo, somente pode resolver o conflito por autocomposição quando houver autorização normativa para isso – fora dessas hipóteses, não há como realizar a autocomposição. Nesses casos, o réu será citado para apresentar resposta, no prazo legal, sem a



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
BELÉM  
SECRETARIA DA 2ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM  
MANDADO - 2016.02674271-20  
Processo N°: 0382336-35.2016.8.14.0301



intimação para comparecer a audiência, que não se realizará (art. 335, III, CPC).

Isso não quer dizer que não há possibilidade de autocomposição nos processos que faça parte ente público. Há, ao contrário, forte tendência legislativa no sentido de permitir a solução consensual dos conflitos envolvendo entes públicos. A criação de câmaras administrativas de conciliação e mediação é um claro indicativo neste sentido (art. 174, CPC). (DIDIER JR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*) Volume 1. Editora Juspodivm. 17ª edição. 2015. Pág. 625. Cada ente federado disciplinará, por lei própria, a forma e os limites da autocomposição de que façam parte."

Assim, considerando a inexistência de autorização legislativa para que Estado, Município e suas respectivas Autarquias e Fundações Públicas celebrem acordos, postergo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, com fundamento no artigo 139, VI, do CPC, face às especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito.

Determino, pois, a **CITAÇÃO** pessoal do **RÉU**, na pessoa do seu representante legal (arts. 246, II, 242, §3º e 247, III, do CPC), para, querendo, contestar o feito no prazo de 30 (trinta) dias úteis, conforme dispõe o art. 335, III, c/c o art. 183, *caput* e art. 334, §4º, II, todos do CPC, ficando ciente que a ausência de contestação implicará em revelia em seu efeito processual, tal como preceituam os artigos 344 e 345 do mesmo Código.

Vindo aos autos resposta, certifique-se e, dê-se vista à parte Autora, por meio de seu patrono, para manifestação no prazo legal, facultando-lhe a indicação de produção de provas (art. 350 e 351, CPC).

Após, com ou sem réplica, certifique-se e encaminhe-se ao Ministério Público.

Defiro o pedido de gratuidade, nos termos dos arts. 98, *caput* e 99, §§2º e 3º, ambos do CPC.

Servirá a presente decisão como Mandado (Provimentos nº 03 de 11/2009, da CJRMB/TJPA).

Cumpra-se na urgência.

Belém, 05 de julho de 2016.

  
MARISA BELINI DE OLIVEIRA

Juíza de Direito, respondendo pela 2ª Vara de Fazenda Pública da Capital

Página 3 de 3

Fórum de: BELÉM

Endereço: PRAÇA FELIPE PATRONI S/N

CEP: 66.015-260

Email: 2fazendabelem@tjpa.jus.br

Bairro: Cidade Velha

Fone: